

SUMÁRIO



Prefácio, xxxiii

Nota à 27ª edição, xxxv

Parte I – Introdução ao Direito do Trabalho, 1

1 História do Direito do Trabalho, 3

- 1 Introdução, 3
- 2 Evolução mundial, 3
- 3 Evolução no Brasil, 10

2 Denominação, 13

- 1 Introdução, 13
- 2 Legislação do trabalho, 13
- 3 Direito operário, 13
- 4 Direito industrial, 14
- 5 Direito corporativo, 15
- 6 Direito social, 15
- 7 Direito sindical, 15
- 8 Direito do trabalho, 16

3 Conceito de Direito do Trabalho, 17

4 Divisões da matéria, 19

5 Autonomia do Direito do Trabalho, 21

- 1 Introdução, 21
- 2 Características da autonomia de uma ciência, 21
- 3 Desenvolvimento legal, 22
- 4 Desenvolvimento doutrinário, 22
- 5 Desenvolvimento didático, 22
- 6 Autonomia jurisdicional, 22
- 7 Autonomia científica, 23



6 Posição enciclopédica do Direito do Trabalho, 24

- 1 Introdução, 24
- 2 Teoria do direito público, 24
- 3 Teoria do direito privado, 25
- 4 Teoria do direito social, 25
- 5 Teoria do direito misto, 25
- 6 Teoria do direito unitário, 26
- 7 Minha posição, 26

7 Relações do Direito do Trabalho com os demais ramos do direito, 27

- 1 Direito constitucional, 27
- 2 Direito civil, 27
- 3 Direito comercial, 28
- 4 Direito internacional, 28
- 5 Direito penal, 28
- 6 Direito da seguridade social, 29
- 7 Direito administrativo, 29
- 8 Direito tributário, 29
- 9 Direito econômico, 29
- 10 Direito processual do trabalho, 30
- 11 Com outras áreas, 30
 - 11.1 Sociologia, 30
 - 11.2 Economia, 31
 - 11.3 Administração de empresas, 32
 - 11.4 Contabilidade, 33
 - 11.5 Estatística, 33
 - 11.6 Medicina, 33
 - 11.7 Psicologia, 34
 - 11.8 Filosofia do trabalho, 35

8 Fontes do Direito do Trabalho, 37

- 1 Introdução, 37
- 2 Fontes, 39
 - 2.1 Constituição, 39
 - 2.2 Leis, 39
 - 2.3 Atos do Poder Executivo, 40
 - 2.4 Sentença normativa, 40
 - 2.5 Convenções e acordos coletivos, 41
 - 2.6 Regulamentos de empresa, 41
 - 2.7 Disposições contratuais, 41
 - 2.8 Usos e costumes, 42
 - 2.9 Normas internacionais, 44
- 3 Hierarquia, 46
- 4 Classificação das normas trabalhistas, 47

9 Aplicação das normas de Direito do Trabalho, 49

- 1 Interpretação, 49
- 2 Integração, 50
- 3 Eficácia, 51
 - 3.1 Eficácia no tempo, 51
 - 3.2 Eficácia no espaço, 52

10 Princípios do Direito do Trabalho, 61

- 1 Conceito de princípio, 61
- 2 Funções dos princípios, 65
- 3 Princípios gerais de direito, 66
- 4 Princípios de direito do trabalho, 68
 - 4.1 Princípio da proteção, 69
 - 4.2 Princípio da irrenunciabilidade de direitos, 70
 - 4.3 Princípio da continuidade da relação de emprego, 71
 - 4.4 Princípio da primazia da realidade, 72

Parte II – Direito Internacional Público do Trabalho, 73**11 Direito Internacional Público do Trabalho, 75**

- 1 Introdução, 75
- 2 OIT, 77
- 3 Declarações internacionais, 83
- 4 Tratados internacionais, 84

Parte III – Direito Individual do Trabalho, 85**12 Direito individual do trabalho, 87**

- 1 Conceito, 87
- 2 Divisão, 87

13 Contrato de trabalho, 88

- 1 Denominação, 88
- 2 Conceito, 89
- 3 Diferenciação, 90
- 4 Natureza jurídica, 92
 - 4.1 Teoria anticontratalista, 93
 - 4.1.1 Teoria da instituição, 93
 - 4.1.2 Teoria da relação de trabalho, 94
 - 4.2 Teoria contratualista, 95
 - 4.3 Teorias mistas, 96
 - 4.3.1 Teoria da concepção tripartida do contrato de trabalho, 96
 - 4.3.2 Teoria do trabalho como fato, 97
 - 4.4 A CLT, 97
 - 4.5 Conclusão, 99



- 5 Dirigismo contratual, 99
 - 6 Aspectos, 100
 - 7 Objeto, 100
 - 8 Requisitos, 100
 - 8.1 Continuidade, 101
 - 8.2 Subordinação, 101
 - 8.3 Onerosidade, 101
 - 8.4 Pessoalidade, 101
 - 8.5 Alteridade, 101
 - 8.6 Requisitos não essenciais, 102
 - 9 Características, 102
 - 10 Classificação, 104
 - 11 Condições, 105
 - 11.1 Atividades ilícitas, 109
 - 12 Forma, 111
 - 13 Duração, 113
 - 14 Contrato de trabalho por tempo determinado, 113
 - 14.1 Contrato de experiência, 120
 - 14.2 Contrato de trabalho por obra certa, 122
 - 14.2.1 Contrato de trabalho por tempo determinado, 122
 - 14.2.2 Evolução legislativa, 122
 - 14.2.3 Vigência, 123
 - 14.2.4 Licitude do contrato de obra certa, 123
 - 14.2.5 Prazo, 124
 - 14.2.6 Requisitos, 124
 - 14.2.7 Verbas rescisórias, 125
 - 14.3 Contrato de trabalho por tempo determinado da Lei nº 9.601/98, 125
 - 14.3.1 Introdução, 125
 - 14.3.2 Denominação, 126
 - 14.3.3 Contratação, 126
 - 14.3.4 Empresas com até 20 empregados, 129
 - 14.3.5 Médias, 130
 - 14.3.6 Duração e prorrogação, 131
 - 15 Cláusula de não concorrência, 132
 - 16 Trabalho a tempo parcial, 137
 - 16.1 Denominação, 137
 - 16.2 Conceito, 137
 - 16.3 Direito internacional, 137
 - 16.4 Finalidade, 138
 - 16.5 Legislação, 138
 - 16.6 Transformação de contratos, 138
- 14 Empregado, 139**
- 1 Conceito e requisitos, 139

- 2 Espécies de trabalhadores, 145
 - 2.1 Empregado em domicílio, 145
 - 2.2 Empregado aprendiz, 147
 - 2.3 Empregado doméstico, 147
 - 2.4 Empregado rural, 151
 - 2.5 Empregado público, 152
 - 2.6 Diretor de sociedade, 153
 - 2.7 Trabalhador temporário, 158
 - 2.8 Trabalhador autônomo, 159
 - 2.9 Trabalhador eventual, 166
 - 2.10 Trabalhador avulso, 167
 - 2.11 Estagiário, 170
 - 2.12 Trabalhador voluntário, 181
- 3 Cargos de confiança, 186
- 4 Terceirização, 192
- 5 Cooperativas, 193

15 Empregador, 196

- 1 Conceito, 196
- 2 Empresa, 196
 - 2.1 Conceito, 196
 - 2.2 Distinção, 197
 - 2.3 Natureza jurídica, 198
- 3 Empregador, 199
- 4 Espécies de empregador, 201
 - 4.1 Empresa de trabalho temporário, 201
 - 4.2 Empregador rural, 201
 - 4.3 Empregador doméstico, 202
 - 4.4 Grupo de empresas, 202
 - 4.5 Consórcio de empregadores rurais, 206
 - 4.6 Dono de obra, 209
- 5 Empregador por equiparação, 210
- 6 Alterações na empresa, 211

16 Poder de direção do empregador, 216

- 1 Introdução, 216
- 2 Poder de organização, 217
- 3 Poder de controle, 217
- 4 Poder disciplinar, 218
- 5 Regulamento de empresa, 220
 - 5.1 Introdução, 220
 - 5.2 Direito comparado, 220
 - 5.3 Denominação, 221
 - 5.4 Conceito, 221
 - 5.5 Distinção, 222

- 5.6 Natureza jurídica, 222
- 5.7 Finalidade, 223
- 5.8 Classificação, 223
- 5.9 Conteúdo, 224
- 5.10 Validade, 225
- 5.11 Prazo de vigência, 225
- 5.12 Interpretação, 226
- 5.13 Limites, 226
- 5.14 Campo de aplicação, 227
- 5.15 Alteração, 227
- 5.16 Controle externo, 228
- 5.17 Considerações finais, 228

17 Remuneração, 229

- 1 Denominação, 229
- 2 Conceito, 229
- 3 Distinção, 232
- 4 Elementos da remuneração, 233
- 5 Classificação da remuneração, 235
 - 5.1 Salário por unidade de tempo, 235
 - 5.2 Salário por unidade de obra, 236
 - 5.3 Salário por tarefa, 236
 - 5.4 Salário em dinheiro, 237
 - 5.5 Salário em utilidades, 237
 - 5.6 Remuneração variável, 243
 - 5.6.1 *Stock option*, 247
 - 5.7 Salário-condição, 252
- 6 Tipos especiais de salário, 253
 - 6.1 Abonos, 253
 - 6.2 Adicionais, 254
 - 6.2.1 Adicional de horas extras, 254
 - 6.2.2 Adicional noturno, 255
 - 6.2.3 Adicional de insalubridade, 256
 - 6.2.4 Adicional de periculosidade, 259
 - 6.2.4.1 Adicional de periculosidade no setor de energia elétrica, 260
 - 6.2.5 Adicional de transferência, 263
 - 6.2.6 Adicional por tempo de serviço, 263
 - 6.2.7 Base de cálculo dos adicionais, 263
 - 6.3 Ajuda de custo, 265
 - 6.4 Comissões, 267
 - 6.5 Diárias, 269
 - 6.6 Gorjeta, 271
 - 6.7 Gratificações, 273
 - 6.8 Gratificação de função, 274

- 6.9 Décimo-terceiro salário, 275
 - 6.9.1 Generalidades, 275
 - 6.9.2 Pagamento do 13º salário com produtos, 279
 - 6.9.3 Redução do 13º salário, 281
 - 6.10 Gueltas, 282
 - 6.11 Prêmios, 284
 - 6.12 Quebra de caixa, 284
 - 6.13 Salário-família, 285
 - 6.14 Salário-maternidade, 285
 - 6.15 Participação nos lucros, 286
 - 6.15.1 Origens, 286
 - 6.15.2 Direito internacional, 286
 - 6.15.3 Evolução na legislação brasileira, 286
 - 6.15.4 Denominação, 288
 - 6.15.5 Conceito, 288
 - 6.15.6 Distinção, 289
 - 6.15.7 Fundamentos, 290
 - 6.15.8 Fontes de participação nos lucros, 290
 - 6.15.9 Facultatividade, 290
 - 6.15.10 Lucros, 290
 - 6.15.11 Resultados, 291
 - 6.15.12 Desvinculação da remuneração, 292
 - 6.15.13 Autoaplicabilidade, 292
 - 6.15.14 Forma, 294
 - 6.15.15 Natureza jurídica, 294
 - 6.15.16 Beneficiários, 296
 - 6.15.17 Regras gerais, 297
 - 6.16 PIS-Pasep, 299
 - 6.17 Verba de representação, 301
 - 7 Proteção ao salário, 301
 - 7.1 Defesa do salário em face do empregador, 302
 - 7.2 Defesa do salário em face dos credores do empregado, 305
 - 7.3 Defesa do salário em face dos credores do empregador, 305
 - 7.4 Defesa do salário em face dos interesses da família do empregado, 308
 - 8 Descontos no salário do empregado, 308
- 18 Equiparação salarial, 314**
- 1 Introdução, 314
 - 2 Requisitos, 315
 - 3 Identidade de funções, 315
 - 4 Trabalho de igual valor, 317
 - 5 Mesmo empregador, 319
 - 6 Mesma localidade, 320
 - 7 Simultaneidade na prestação de serviços, 321

- 8 Quadro organizado em carreira, 321
- 9 Número de paradigmas, 322
- 10 Equivalência salarial, 322
- 11 Salário-substituição, 323
- 12 Desvio de função, 324

- 19 Política salarial, 325**
 - 1 Introdução, 325
 - 2 Salário-mínimo, 325
 - 3 Salário profissional, 329
 - 4 Política salarial, 330
 - 5 Direito adquirido e irredutibilidade salarial, 330

- 20 Alteração do contrato de trabalho, 332**
 - 1 Princípio da imodificabilidade, 332
 - 2 *Ius variandi*, 333
 - 3 Transferência de empregados, 334
 - 3.1 Introdução, 334
 - 3.2 Lei nº 6.203/75, 334
 - 3.3 Mudança de domicílio, 335
 - 3.4 Cargo de confiança, 336
 - 3.5 Cláusula explícita, 337
 - 3.6 Cláusula implícita, 337
 - 3.7 Extinção do estabelecimento, 338
 - 3.8 Transferência provisória, 338
 - 3.9 Adicional de transferência, 339
 - 3.10 Transferência no grupo de empresas, 340
 - 3.11 Despesas da transferência, 340
 - 3.12 Transferência para o exterior, 341

- 21 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho, 343**
 - 1 Denominação, 343
 - 2 Conceito, 343
 - 3 Distinção, 344
 - 4 Hipóteses, 344
 - 4.1 Aborto, 345
 - 4.2 Auxílio-doença, 345
 - 4.3 Acidente do trabalho, 345
 - 4.4 Aposentadoria por invalidez, 346
 - 4.5 Aviso-prévio, 348
 - 4.6 Empregado eleito para o cargo de diretor, 348
 - 4.7 Encargo público, 348
 - 4.8 Faltas ao serviço, 348
 - 4.9 Férias, 358

- 4.10 Greve, 358
 - 4.11 Inquérito para apuração de falta grave, 359
 - 4.12 Intervalos, 359
 - 4.13 *Lockout*, 359
 - 4.14 Prontidão e sobreaviso, 359
 - 4.15 Repouso semanal remunerado, 360
 - 4.16 Representação sindical, 360
 - 4.17 Salário-maternidade, 360
 - 4.18 Segurança nacional, 360
 - 4.19 Serviço militar, 360
 - 4.20 Suspensão disciplinar, 361
 - 4.21 Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional, 361
 - 4.21.1 Introdução, 361
 - 4.21.2 Denominação, 362
 - 4.21.3 Período, 363
 - 4.21.4 Atividade da empresa, 363
 - 4.21.5 Requisitos, 364
 - 4.21.6 Renovação da suspensão, 365
 - 4.21.7 Despesas da qualificação profissional, 365
 - 4.21.8 Direitos, 365
 - 4.21.9 Dispensa, 366
 - 4.21.10 Sanções, 366
 - 4.21.11 Conclusão, 366
 - 4.22 Violência doméstica, 367
 - 5 Efeitos, 368
 - 6 Contratos por tempo determinado, 369
 - 7 Dispensa do empregado, 370
- 22 Cessação do contrato de trabalho, 371**
- 1 Denominação, 371
 - 2 Conceito, 372
 - 3 OIT, 372
 - 4 Dispensa arbitrária, 374
 - 5 Divisão, 375
 - 6 Cessação do contrato de trabalho por decisão do empregador, 375
 - 6.1 Dispensa do empregado sem justa causa, 375
 - 6.2 Dispensa do empregado com justa causa, 376
 - 6.2.1 Terminologia, 376
 - 6.2.2 Conceito, 377
 - 6.2.3 Sistemas, 377
 - 6.2.4 Taxatividade do art. 482 da CLT, 378
 - 6.2.5 Tipificação da justa causa pelo empregador, 378
 - 6.2.6 Elementos, 379
 - 6.2.7 Forma, 380

- 6.2.8 Local, 381
 - 6.2.9 Tempo, 381
 - 6.2.10 Culpa recíproca, 381
 - 6.2.11 Ônus da prova, 381
 - 6.2.12 Hipóteses legais, 382
 - 6.2.12.1 Ato de improbidade, 382
 - 6.2.12.2 Incontinência de conduta, 382
 - 6.2.12.3 Mau procedimento, 383
 - 6.2.12.4 Negociação habitual, 383
 - 6.2.12.5 Condenação criminal, 383
 - 6.2.12.6 Desídia, 384
 - 6.2.12.7 Embriaguez, 384
 - 6.2.12.8 Violação de segredo da empresa, 387
 - 6.2.12.9 Indisciplina, 388
 - 6.2.12.10 Insubordinação, 389
 - 6.2.12.11 Abandono de emprego, 389
 - 6.2.12.12 Ato lesivo à honra e boa fama, 391
 - 6.2.12.13 Ofensa física, 391
 - 6.2.12.14 Prática constante de jogos de azar, 391
 - 6.2.12.15 Atos atentatórios à segurança nacional, 392
 - 6.2.12.16 Outras hipóteses, 392
 - 6.3 Despedida coletiva, 393
 - 7 Cessação do contrato de trabalho por decisão do empregado, 396
 - 7.1 Pedido de demissão, 396
 - 7.2 Rescisão indireta, 396
 - 7.3 Aposentadoria, 399
 - 7.4 Contagem de tempo de serviço em razão da readmissão do empregado, 401
 - 8 Cessação do contrato por desaparecimento de uma das partes, 404
 - 8.1 Morte do empregado, 404
 - 8.2 Morte do empregador pessoa física, 404
 - 8.3 Extinção da empresa, 404
 - 9 Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo das partes, 405
 - 10 Cessação do contrato de trabalho por culpa recíproca, 405
 - 11 Cessação por advento do termo do contrato, 406
 - 12 Força maior, 407
 - 13 *Factum principis*, 407
- 23 Aviso-prévio, 408**
- 1 Origens, 408
 - 2 Conceito, 409
 - 3 Natureza jurídica, 409
 - 4 Irrenunciabilidade, 410
 - 5 Cabimento, 410
 - 6 Forma, 412
 - 7 Prazo, 412

- 8 Efeitos, 413
 - 9 Aviso-prévio e estabilidade, 416
 - 10 Doença ou acidente do trabalho, 417
 - 11 Aviso-prévio cumprido em casa, 417
 - 12 Remuneração do aviso-prévio, 418
- 24 Estabilidade, 420**
- 1 História, 420
 - 2 Denominação, 422
 - 3 Conceito, 422
 - 4 Classificação, 424
 - 5 Fundamentos, 425
 - 6 Crítica, 427
 - 7 Vantagens e desvantagens, 428
 - 8 Estabilidade por tempo de serviço, 430
 - 9 Exclusão do direito à estabilidade, 431
 - 10 Art. 19 do ADCT, 431
 - 11 Garantias de emprego, 432
 - 11.1 Dirigente sindical, 433
 - 11.2 Membro da Cipa, 435
 - 11.3 Gestante, 438
 - 11.4 Acidentado, 441
 - 11.5 Membro do Conselho Curador do FGTS, 445
 - 11.6 Membro do CNPS, 445
 - 11.7 Reabilitados, 445
 - 11.8 Doente de Aids, 446
 - 11.9 Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas, 449
 - 11.10 Membros da comissão de conciliação prévia, 452
 - 11.11 Período eleitoral, 453
 - 12 Extinção da estabilidade, 453
- 25 Indenização, 454**
- 1 Introdução, 454
 - 2 Conceito, 455
 - 3 Fundamentos, 455
 - 4 Natureza jurídica, 456
 - 5 Contratos por tempo indeterminado, 457
 - 6 Contratos por tempo determinado, 458
 - 7 Estabilidade, 461
 - 8 Culpa recíproca, 462
 - 9 Força maior, 462
 - 10 *Factum principis*, 462
 - 11 Morte do empregador, 463

- 12 Aposentadoria, 463
- 13 Indenização adicional, 463

26 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, 466

- 1 História, 466
- 2 Conceito, 467
- 3 Opção, 468
- 4 Administração, 468
- 5 Natureza jurídica, 469
- 6 Contribuintes, 473
- 7 Beneficiários, 473
- 8 Depósitos, 474
- 9 Prazo, 477
- 10 Saques, 477
- 11 Rescisão do contrato de trabalho, 480
- 12 Indenização, 480
- 13 Prescrição, 484
- 14 Competência, 486

Parte IV – Direito Tutelar do Trabalho, 487

27 Direito Tutelar do Trabalho, 489

- 1 Denominação, 489
- 2 Conceito, 489
- 3 Matéria a ser estudada, 490

28 Identificação e registro profissional, 491

- 1 Introdução, 491
- 2 Denominação, 491
- 3 Conceito, 491
- 4 Evolução, 492
- 5 Destinatários, 492
- 6 Conteúdo da CTPS, 494
- 7 Obtenção da CTPS, 494
- 8 Anotações, 495
- 9 Valor das anotações, 496
- 10 Reclamações por falta ou recusa de anotação, 496
- 11 Prescrição, 497
- 12 Livro de registro, 498

29 Critérios de não discriminação no trabalho, 499

- 1 Introdução, 499
- 2 Critérios genéricos, 499
- 3 Critérios específicos, 502
 - 3.1 Trabalhadores urbanos e rurais, 502

- 3.2 Proteção do mercado de trabalho da mulher, 502
- 3.3 Discriminação por motivo de sexo, idade, estado civil, cor, 503
- 3.4 Deficientes físicos, 506
- 3.5 Trabalho manual, técnico e intelectual, 507
- 3.6 Discriminação para admissão no emprego, 507
- 3.7 Trabalhador com vínculo empregatício permanente e trabalhador avulso, 509
- 3.8 Empregado comum e empregado em domicílio, 509

30 Jornada de trabalho, 510

- 1 História, 510
- 2 Direito internacional, 511
- 3 Evolução no Brasil, 511
- 4 Denominação, 512
- 5 Conceito, 512
- 6 Natureza jurídica, 514
- 7 Classificação, 514
- 8 Fundamentos, 515
- 9 Jornada de trabalho, 515
 - 9.1 Jornada móvel de trabalho, 518
- 10 Empregados excluídos, 519
 - 10.1 Constitucionalidade, 520
 - 10.2 Atividades externas, 520
 - 10.3 Encargos de gestão, 521
 - 10.4 Trabalhadores avulsos, 524
 - 10.5 Conclusões, 524
- 11 Conceito de horas extras, 525
- 12 Acordo de prorrogação de horas, 525
- 13 Compensação da jornada de trabalho, 529
 - 13.1 Flexibilização das normas trabalhistas, 531
 - 13.2 Compensação de horário, 532
 - 13.3 Ajuste tácito, 538
- 14 Redução da jornada, 539
- 15 Necessidade imperiosa, 539
 - 15.1 Força maior, 539
 - 15.2 Serviços inadiáveis, 540
 - 15.3 Recuperação de tempo em razão de paralisações, 540
- 16 Turnos ininterruptos de revezamento, 541
 - 16.1 Histórico, 541
 - 16.2 Objetivo, 541
 - 16.3 Conceito, 542
 - 16.4 Aplicação, 543
 - 16.5 Concessão de intervalo, 543
 - 16.6 Folgas, 544
 - 16.7 Fixação do turno, 545



- 16.8 Remuneração, 545
- 17 Horas *in itinere*, 546
- 18 Sobreaviso, prontidão e BIP, 547
- 19 Adicional de horas extras, 549
- 20 Trabalho noturno, 550
 - 20.1 Horário noturno, 550
 - 20.2 Adicional noturno, 550
 - 20.3 Hora noturna reduzida, 551
 - 20.4 Regime de revezamento, 553
 - 20.5 Empresas que mantêm ou não o trabalho noturno, 553
 - 20.6 Horários mistos, 553
 - 20.7 Trabalho prestado após as 5 horas em sequência ao horário noturno, 554
- 31 Intervalos para descanso, 557**
 - 1 Denominação, 557
 - 2 Conceito, 557
 - 3 Intervalos intrajornada, 558
 - 3.1 Serviços de mecanografia, 563
 - 3.2 Serviços em frigoríficos, 564
 - 3.3 Mineiros, 565
 - 3.4 Mulher em fase de amamentação, 565
 - 3.5 Outros intervalos, 565
 - 4 Intervalo interjornada, 565
- 32 Repouso semanal remunerado, 568**
 - 1 História, 568
 - 2 Direito internacional, 568
 - 3 Evolução no Brasil, 569
 - 4 Denominação, 570
 - 5 Conceito, 571
 - 6 Natureza jurídica, 571
 - 7 Vigência dos arts. 67 a 70 da CLT, 572
 - 8 Trabalhadores beneficiados, 572
 - 9 Remuneração, 573
 - 9.1 Horas extras, 574
 - 9.2 Comissionistas, 574
 - 9.3 Gratificações, 575
 - 9.4 Férias, 575
 - 9.5 Bancários, 575
 - 9.6 Professor, 576
 - 9.7 Reflexos do adicional de insalubridade ou periculosidade, 576
 - 9.8 Condição de pagamento, 576
 - 10 Feriados, 577

- 11 Dias de repouso trabalhados, 578
 - 11.1 Remuneração, 579

33 Férias, 581

- 1 Introdução, 581
- 2 História, 581
- 3 Direito internacional, 581
- 4 No Brasil, 582
- 5 Conceito, 583
- 6 Natureza jurídica, 583
- 7 Período aquisitivo, 583
- 8 Faltas, 585
- 9 Perda do direito de férias, 586
- 10 Período concessivo, 588
- 11 Comunicação das férias, 588
- 12 Férias concedidas após o período concessivo, 589
- 13 Férias coletivas, 590
 - 13.1 Introdução, 590
 - 13.2 Estabelecimentos abrangidos, 590
 - 13.3 Períodos, 591
 - 13.4 Comunicações, 592
 - 13.5 Empregados com menos de 12 meses, 592
 - 13.6 Carimbo de férias, 593
- 14 Remuneração, 594
- 15 Abono, 595
- 16 Dos efeitos da cessação do contrato de trabalho, 596
- 17 Prescrição, 598
- 18 Outros tipos de empregados, 599
- 19 A Convenção nº 132 da OIT, 600

34 Trabalho da mulher, 607

- 1 Introdução, 607
- 2 Âmbito internacional, 607
- 3 No Brasil, 609
- 4 Fundamentos de proteção ao trabalho da mulher, 611
- 5 A contratação do trabalho da mulher, 611
- 6 Duração do trabalho, 611
- 7 Salário, 612
- 8 Trabalho noturno, 612
- 9 Períodos de descanso, 612
- 10 Trabalhos proibidos, 613
- 11 Métodos e locais de trabalho, 613
- 12 Proteção à maternidade, 614
 - 12.1 Práticas discriminatórias contra a mulher, 619

12.2 Proteção do mercado de trabalho da mulher, 622

13 Amamentação, 625

35 Trabalho da criança e do adolescente, 627

1 Introdução, 627

2 Medidas de proteção no âmbito internacional, 627

3 Âmbito nacional, 629

4 Denominação, 630

5 Proteção do trabalho da criança e do adolescente, 631

6 Trabalhos proibidos, 631

6.1 Idade, 631

6.2 Trabalho noturno, 634

6.3 Trabalho insalubre, 634

6.4 Trabalho perigoso, 634

6.5 Trabalho penoso, 635

6.6 Serviços prejudiciais, 635

7 Deveres e responsabilidades em relação ao menor, 636

8 Duração do trabalho do menor, 637

9 Registro de menores, 638

10 Aprendizagem, 638

11 Menor assistido, 647

36 Nacionalização do trabalho, 650

1 História, 650

2 Direito internacional, 651

3 Vigência, 651

4 Proporcionalidade, 652

5 Empresas, 652

6 Fronteiriço e serviçal, 652

7 Equiparação salarial, 653

8 Despedimento, 654

9 Relação de empregados, 654

10 Registro de estrangeiro, 654

37 Segurança e medicina do trabalho, 655

1 História, 655

2 Âmbito internacional, 655

3 Denominação, 657

4 Conceito, 657

5 Fundamentos, 657

6 Regras gerais, 657

7 Medidas preventivas de medicina do trabalho, 658

8 Condições de segurança, 660

8.1 Equipamento de proteção individual, 660



- 8.2 Órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas, 660
 - 8.2.1 SESMT, 660
 - 8.2.2 Cipa, 661
- 8.3 Edificações, 662
- 8.4 Iluminação, 662
- 8.5 Conforto térmico, 662
- 8.6 Instalações elétricas, 663
- 8.7 Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais, 663
- 8.8 Máquinas e equipamentos, 663
- 8.9 Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão, 664
- 8.10 Ergonomia, 664
- 8.11 Condições de trabalho na indústria da construção, 665
- 8.12 Trabalho a céu aberto, 665
- 8.13 Trabalhos em minas e solos, 665
- 8.14 Proteção contra incêndio, 666
- 8.15 Condições sanitárias, 667
- 8.16 Resíduos industriais, 667
- 8.17 Sinalização de segurança, 667
- 8.18 Asbesto, 668
- 9 Insalubridade, 668
- 10 Periculosidade, 670
- 11 Penosidade, 673
- 12 Fiscalização, 674

38 Fiscalização do trabalho, 675

- 1 Introdução, 675
- 2 Âmbito internacional, 675
- 3 Âmbito nacional, 676
- 4 Estrutura do Ministério do Trabalho, 677
- 5 Atuação dos agentes, 677
- 6 Atribuições e poderes dos inspetores, 678
- 7 Livre acesso, 679
- 8 Exibição de documentos, 679
- 9 Prestação de esclarecimentos, 680
- 10 Autuações e multas, 680
- 11 Fiscalização da aplicação das convenções e dos acordos coletivos, 681

39 Assistência na rescisão do contrato de trabalho, 684

- 1 Histórico, 684
- 2 Assistência, 684
 - 2.1 Súmula 41 do TST, 686
 - 2.2 Súmula 330 do TST, 686
- 3 Prazo para pagamento das verbas rescisórias, 690
 - 3.1 Introdução, 690

- 3.2 Prazos, 691
- 3.3 Multa, 691
- 3.4 Prova do atraso, 692
- 3.5 Prazos distintos, 692
- 3.6 Contagem do prazo, 692
- 3.7 Aviso-prévio cumprido em casa, 693
- 3.8 Pedido de demissão, 693
- 3.9 Entes públicos, 694
- 3.10 Empregados domésticos, 694
- 3.11 Pagamento a vista, 694
- 3.12 Força maior, 695
- 3.13 Falência, 695
- 3.14 Justa causa e rescisão indireta, 696
- 3.15 Proporcionalidade na aplicação da multa, 696
- 3.16 Cálculo do salário para efeito da multa, 697

40 Decadência e prescrição no direito do trabalho, 698

- 1 Decadência, 698
 - 1.1 Conceito, 698
- 2 Prescrição, 698
 - 2.1 Histórico, 698
 - 2.2 Conceito, 698
 - 2.3 Distinção, 699
 - 2.4 Fundamentos, 699
 - 2.5 Requisitos da prescrição, 700
- 3 Natureza jurídica, 700
- 4 Decadência no Código Civil, 701
- 5 Prescrição, 701
 - 5.1 Empregado rural, 702
 - 5.2 Empregado doméstico, 703
 - 5.3 Trabalhador avulso, 704
 - 5.4 Empregador, 704
 - 5.5 Ato nulo e prescrição no direito do trabalho, 705
 - 5.6 Dano moral, 706
 - 5.7 Aplicação do Código Civil, 707

Parte V – Direito Coletivo do Trabalho, 711

41 Direito coletivo do trabalho, 713

- 1 Denominação, 713
- 2 Conceito, 714
- 3 Divisão, 714
- 4 Histórico, 714



42 Liberdade sindical, 716

- 1 Histórico, 716
- 2 Conceito, 717
- 3 Garantias, 717
- 4 Classificação, 719
- 5 Sistemas de liberdade sindical, 720
- 6 Autonomia sindical, 722

43 Organização sindical, 724

- 1 Histórico, 724
- 2 Denominação, 730
- 3 Conceito, 731
- 4 Distinção, 731
- 5 Natureza jurídica, 732
- 6 Classificação, 733
- 7 Unicidade sindical, 733
- 8 Criação e registro de sindicatos, 735
- 9 Categoria, 737
- 10 Categoria diferenciada, 739
- 11 Enquadramento sindical, 741
 - 11.1 Sindicalismo rural, 743
- 12 Órgãos do sindicato, 744
- 13 Eleições, 747
- 14 Entidades sindicais de grau superior, 748
 - 14.1 Federações, 748
 - 14.2 Confederações, 748
 - 14.3 Centrais sindicais, 749
- 15 Proteção à sindicalização, 753
- 16 Comunicação da candidatura do dirigente sindical, 754
- 17 Filiação e desligamento do sindicato, 756
- 18 Práticas antissindicais, 756
- 19 Direitos dos associados, 759
- 20 Funções do sindicato, 759
 - 20.1 Função de representação, 759
 - 20.2 Função negocial, 759
 - 20.3 Função econômica, 760
 - 20.4 Função política, 760
 - 20.5 Função assistencial, 760
- 21 Receitas do sindicato, 761
 - 21.1 Contribuição sindical, 761
 - 21.1.1 Histórico, 762
 - 21.1.2 Natureza jurídica, 764
 - 21.1.3 Distinção, 764
 - 21.1.4 Generalidades, 765



- 21.1.5 Prazos de pagamento, 766
- 21.1.6 Aplicação da contribuição sindical, 768
- 21.1.7 Contribuição dos empregadores e trabalhadores rurais, 769
- 21.1.8 Atraso no pagamento, 770
- 21.1.9 Prescrição, 770

21.2 Contribuição confederativa, 771

- 21.2.1 Introdução, 771
- 21.2.2 Natureza jurídica, 772
- 21.2.3 Necessidade de lei, 773
- 21.2.4 Objetivo, 774
- 21.2.5 Fixação, 775
- 21.2.6 Oposição à cobrança, 776

21.3 Contribuição assistencial, 777

21.4 Mensalidade sindical, 782

44 Representação dos trabalhadores nas empresas, 783

1 Representação, 783

- 1.1 Histórico, 783
- 1.2 OIT, 784
- 1.3 Direito comparado, 785
- 1.4 Autoaplicabilidade, 786
- 1.5 Conceito, 786
- 1.6 Distinção, 786
- 1.7 Natureza jurídica, 787
- 1.8 Classificação, 787
- 1.9 Objetivo, 787
- 1.10 Procedimentos, 788
- 1.11 Conclusão, 789

2 Cogestão, 790

- 2.1 História, 790
- 2.2 Evolução legislativa no Brasil, 790
- 2.3 Direito comparado, 791
- 2.4 Denominação, 792
- 2.5 Distinção, 792
- 2.6 Classificação, 793
- 2.7 Objetivos, 793
- 2.8 Vantagens e desvantagens, 793
- 2.9 Implantação, 794
- 2.10 Conclusões, 795

45 Conflitos coletivos de trabalho, 796

1 Conceito, 796

2 Formas de solução, 796

- 2.1 Autodefesa, 797



- 2.2 Autocomposição, 797
- 2.3 Heterocomposição, 797
 - 2.3.1 Mediação, 797
 - 2.3.1.1 Comissões de Conciliação Prévia, 799
 - 2.3.2 Arbitragem, 800
 - 2.3.2.1 História, 800
 - 2.3.2.2 Direito comparado e internacional, 801
 - 2.3.2.3 Denominação, 801
 - 2.3.2.4 Definição, 802
 - 2.3.2.5 Distinção, 802
 - 2.3.2.6 Natureza jurídica, 803
 - 2.3.2.7 Compromisso, 803
 - 2.3.2.8 Admissibilidade, 803
 - 2.3.2.9 Procedimentos, 804
 - 2.3.3 Jurisdição, 804
 - 2.3.3.1 Dissídios coletivos, 804

46 Autonomia privada coletiva, 806

- 1 Histórico, 806
- 2 Denominação, 806
- 3 Conceito, 807
- 4 Distinção, 807
- 5 Natureza jurídica, 808
- 6 Classificação, 809
- 7 Divisão, 810
- 8 Sujeitos, 811
- 9 Limites, 811

47 Negociação coletiva, 813

- 1 Conceito, 813
- 2 Distinção, 813
- 3 Espécies, 814
- 4 Causas, 814
- 5 Funções, 814
- 6 Validade, 815
- 7 Condições, 816
- 8 Obrigatoriedade, 816
- 9 Níveis, 816
- 10 Legitimação para negociar, 817
- 11 Necessidade de homologação, 817
- 12 Generalidades, 817

48 Contrato coletivo de trabalho, 819

- 1 Introdução, 819
- 2 História, 819



- 3 Âmbito internacional, 820
- 4 Evolução no Brasil, 822
- 5 Denominação, 824
- 6 Conceito, 824
- 7 Distinção, 826
- 8 Legitimidade para a negociação, 826
- 9 Escopo, 827
- 10 Conteúdo, 828
- 11 Âmbito, 830
- 12 Hierarquia, 831
- 13 Forma, 832
- 14 Vigência, 832
- 15 Incorporação das cláusulas normativas aos contratos de trabalho, 833
- 16 Fatores inibidores, 833
- 17 Conclusões, 834

49 Convenções e acordos coletivos de trabalho, 837

- 1 Introdução, 837
- 2 História, 837
- 3 Direito internacional e estrangeiro, 838
- 4 Denominação, 840
- 5 Definições, 840
- 6 Acordo dos trabalhadores e empregadores, 841
- 7 Natureza jurídica, 841
- 8 Aplicação, 843
- 9 Eficácia, 844
- 10 Conteúdo, 845
- 11 Cláusulas obrigacionais e de conteúdo normativo, 845
- 12 Classificação das cláusulas, 846
- 13 Incorporação das cláusulas normativas nos contratos de trabalho, 846
- 14 Condições de validade, 852
- 15 Sanções pelo descumprimento das convenções coletivas, 854
- 16 Descumprimento das normas coletivas, 854
- 17 Limite da multa da norma coletiva, 856
- 18 Superveniência de acordo ou convenção coletiva normativa – prevalência, 858
- 19 Convenção coletiva no setor público, 861
- 20 Controvérsias resultantes dos acordos e convenções coletivas, 862

50 Greve, 863

- 1 História, 863
 - 1.1 Nos demais países, 863
 - 1.2 No Brasil, 863
- 2 Direito estrangeiro e internacional, 866
- 3 Denominação, 867



- 4 Conceito, 867
- 5 Natureza jurídica, 868
- 6 Classificação das greves, 869
- 7 Limitações ao direito de greve, 869
- 8 Legitimidade, 870
- 9 Oportunidade do exercício, 871
- 10 Interesses a defender, 871
- 11 Negociação coletiva, 872
- 12 Assembleia geral, 872
- 13 Aviso-prévio de greve, 874
- 14 Atividades essenciais, 875
- 15 Atendimento das necessidades inadiáveis, 875
- 16 Manutenção de bens, 876
- 17 Direitos e deveres dos envolvidos na greve, 876
- 18 Abuso do direito de greve, 877
- 19 Efeitos sobre o contrato de trabalho, 878
- 20 Pagamento dos dias parados, 878
- 21 Dissídio coletivo, 880
- 22 Responsabilidade, 880
- 23 Greve no setor público, 881
- 24 *Lockout*, 882

Bibliografia, 883

Índice remissivo, 893